



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação emergencial de empresa especializada para a prestação de serviços de Médico Veterinário**, visando o atendimento das demandas da Secretaria Municipal da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, conforme especificações abaixo:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	12	mês	Prestação de serviços de Médico Veterinário - 16 horas semanais	R\$	R\$

1.2. Para a presente contratação emergencial, considerando a urgência e a necessidade de continuidade dos serviços, a pesquisa de preços foi elaborada com base em:

a) Consultas a contratações anteriores de objeto semelhante, realizadas por outros municípios da região e disponíveis no Banco de de Preços;

b) Cotação direta junto a empresas e profissionais da área de prestação de serviços veterinários;

1.3. Assim, o valor estimado deverá ser compatível com o praticado no mercado e com as contratações de entes congêneres, atendendo ao princípio da economicidade e à vantagem da contratação pública.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação emergencial justifica-se em razão da rescisão contratual abrupta do Contrato firmado com a empresa Cooperativa de Médicos Veterinários do Vale do Taquari – UNIMEV, a qual requereu a rescisão amigável em virtude da dissolução da sociedade e encerramento definitivo de suas atividades.

2.2. A interrupção imediata dos serviços prestados compromete de forma grave e direta as atividades da Secretaria Municipal da Agricultura, especialmente quanto à coordenação e funcionamento do Serviço de Inspeção Municipal (SIM); à emissão de Guias de Trânsito Animal (GTA's); à execução de programas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

sanitários e de vacinação (brucelose, aftosa e outros); e à fiscalização de estabelecimentos que produzem ou comercializam produtos de origem animal.

2.3. Tais serviços são **essenciais e de natureza contínua**, estando diretamente relacionados à **saúde pública, segurança alimentar e controle sanitário de produtos de origem animal**, motivo pelo qual **a descontinuidade das atividades representa risco sanitário e administrativo para o Município**.

2.4. Assim, a contratação emergencial fundamenta-se no **art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, que autoriza a dispensa de licitação “nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade de serviços públicos essenciais”, limitando-se ao período necessário à realização do processo licitatório regular.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na contratação emergencial de empresa especializada que disponha de profissional Médico Veterinário habilitado e registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul – CRMV/RS, para assegurar a continuidade imediata e ininterrupta dos serviços veterinários essenciais desenvolvidos pela Secretaria Municipal da Agricultura.

3.2. A solução atende de forma integral e imediata às necessidades da Administração, garantindo a manutenção da regularidade sanitária municipal, a prevenção de riscos à saúde pública, e o atendimento às exigências legais impostas pelos órgãos de controle e vigilância.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

4.1. A prestação dos serviços de Médico Veterinário deverá compreender, entre outros correlatos a função:

4.1.1. Executar serviços de orientação e fiscalização sanitária em estabelecimentos que atuem no abate, beneficiamento e comercialização de produtos de origem animal (carne, leite e derivados), em parceria com o Fiscal Sanitário;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

- 4.1.2. Atuar como coordenador do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, desempenhando as atividades pertinentes ao seu funcionamento, conforme legislação vigente;
- 4.1.3. Coordenar e firmar responsabilidade técnica pelo Posto Veterinário Municipal;
- 4.1.4. Emitir as Guias de Trânsito Animal (GTA's);
- 4.1.5. Realizar visitas a propriedades rurais para vacinação e acompanhamento de rebanhos;
- 4.1.6. Executar o disposto na Lei Municipal nº 1.845/2013, referente à aplicação de vacinas contra brucelose;
- 4.1.7. Integrar a equipe multiprofissional para orientação técnica e definição de projetos e programas da área;
- 4.1.8. Prestar assistência técnica e emitir pareceres em demandas relacionadas à área de atuação.

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 5.1. A execução do serviço ocorrerá em datas e horários definidos de forma conjunta entre a Secretaria Municipal da Agricultura e a empresa contratada, prevalecendo os dias e horários estabelecidos pela municipalidade em caso de divergência.
- 4.2. A carga horária semanal de **16 horas** deverá ser distribuída em turnos intercalados, conforme a necessidade do serviço.
- 5.2. É vedado à contratada disponibilizar mais de um profissional simultaneamente para o mesmo local e horário, devendo garantir regularidade no atendimento durante todo o mês.
- 4.4. O profissional designado deverá comunicar à Secretaria qualquer impossibilidade de atendimento com antecedência mínima de 24 horas.
- 4.5. A contratada deverá manter total sigilo e zelo sobre as informações e documentos obtidos em razão da execução dos serviços.

6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 6.1. A empresa contratada deverá comprovar:
 - 6.1.1. Que possui em seu quadro profissional pelo menos **um Médico Veterinário regularmente inscrito no CRMV/RS;**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

7. RESULTADOS PRETENDIDOS

- 7.1. Espera-se, com a vigência do contrato emergencial, que a Administração tenha garantido a continuidade e a estabilidade dos serviços essenciais, sem comprometer a segurança alimentar, o bem-estar animal e a regularidade sanitária municipal, ao mesmo tempo em que se conclui o processo licitatório regular para contratação permanente.

8. DO PRAZO E VIGÊNCIA

- 8.1. O prazo de vigência do contrato emergencial será de **6 (seis) meses**, prorrogável até no máximo 1 ano, conforme o disposto no art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, contado da assinatura do contrato.
- 8.2. Durante este período, a Administração deverá adotar as providências necessárias para a realização do procedimento licitatório regular que assegure a continuidade do serviço.

9. DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1. A gestão do Contrato será realizada pelo Secretário da pasta, enquanto a fiscalização será exercida pela Secretaria Municipal da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, por meio de servidor designado, que acompanhará e registrará a execução dos serviços.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento será efetuado mensalmente, em até 10 (dez) dias após a apresentação de **nota fiscal/fatura devidamente atestada** pelo fiscal do contrato.
- 10.1.1. Junto com a nota fiscal deverá ser encaminhado:
- 10.1.1.1. O **relatório de execução dos serviços prestados**;
- 10.1.1.2. Os comprovantes de recolhimento/pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários do funcionário.
- 10.1.1.2.1. A documentação acima será dispensada caso o profissional seja sócio da empresa.
- 10.2. O valor mensal deverá corresponder ao efetivo cumprimento da carga horária estabelecida.
- 10.3. O contratado deverá apresentar ainda, quando solicitado pela Administração:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

- a) registro de ponto;
- b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- c) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- d) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

10.4. A Administração poderá, nos termos do art. 121, § 3º da Lei nº 14.133/2021:

- a) condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;
- b) em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal da Agricultura, especificada no processo administrativo correspondente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. A contratação emergencial ora proposta tem **caráter excepcional e temporário**, devendo vigorar até a conclusão do novo certame licitatório.
- 12.2. Aplicam-se as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como as normas municipais pertinentes – Decreto nº 2.130/2023.
- 12.3. É vedada a subcontratação.

Imigrante, 30 de outubro de 2025.


GILNEI DAHMER
Secretário Municipal de Agricultura,
Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente